

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 01/2026 – EDITAL DE ABERTURA DAS INSCRIÇÕES



CONCEIÇÃO DO ALMEIDA-BA

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO ALMEIDA - BAHIA

ORIENTADOR SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Informática Básica
- ▶ Conhecimentos Específicos

CONTEÚDO DIGITAL

- ▶ Normas Legais

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





CONCEIÇÃO DO ALMEIDA-BA

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO ALMEIDA - BAHIA

ORIENTADOR SOCIAL

EDITAL Nº 01/2026 – EDITAL DE ABERTURA
DAS INSCRIÇÕES

CÓD: OP-148AG-26
7901204400791

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Textos: Leitura, compreensão e interpretação de textos	9
2. Vocabulário: significado e substituição contextual	10
3. Mecanismos de coesão e coerência textual	10
4. Tipos e gêneros textuais	11
5. Fono-ortografia: Relações entre fonemas e grafemas no português. Estrutura, divisão e classificação silábica. Processos fonológicos	12
6. Morfossintaxe: Classes de palavras: classificação e uso; Relação entre classes de palavras e funções sintáticas	14
7. Processos de formação de palavras	22
8. Flexão nominal: gênero, número e grau; Flexão verbal: pessoas, tempos, número, modos, vozes e aspectos	23
9. Concordância nominal e verbal	25
10. Regência nominal e verbal	27
11. Reorganização da estrutura de orações e períodos do texto; Sintaxe: Funções sintáticas: sujeito, predicado, objeto, complementos, modificadores; Período simples e composto: relações de coordenação e subordinação; Análise sintática completa; Organização sintática canônica e variações estilísticas	29
12. Correlação entre concordância, regência e retomada	34
13. Emprego do sinal indicativo de crase	34
14. Colocação pronominal	34
15. Semântica: Sinonímia, antonímia, polissemia; Homônimos e parônimos; Denotação e conotação	35
16. Figuras de linguagem (metáfora, comparação, metonímia, ironia, eufemismo, hipérbole, personificação etc.)	36
17. Efeitos de sentido em textos argumentativos, literários e multimodais	41
18. Variação Linguística: Variedades regionais, sociais, históricas e situacionais da língua portuguesa	49
19. Norma-padrão e usos sociais da língua	50
20. Elementos Notacionais da Escrita: Ortografia oficial	50
21. Acentuação gráfica	51
22. Sinais de pontuação; Recursos gráficos e estilísticos: aspas, parênteses, travessão, negrito, itálico; Regularidades e irregularidades ortográficas na produção textual	52

Matemática

1. Números e Conjuntos: Teoria dos conjuntos: operações, diagramas e subconjuntos	61
2. Sistemas de numeração	64
3. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais: operações e propriedades; Expressões numéricas; Reta numérica, desigualdades e valor absoluto	67
4. Divisibilidade, múltiplos, divisores, MDC e MMC; Fatoração	74
5. Produtos notáveis	76
6. Agrupamentos usuais (dúzia, centena, milhar etc.)	80
7. Numerais multiplicativos	84
8. Notação científica e ordens de grandeza	87
9. Razões, proporções e regra de três	90
10. Porcentagem	94
11. Sequências, progressões (PA, PG) e séries	96
12. Análise combinatória	99

ÍNDICE

13. Álgebra e Funções: Expressões algébricas, polinômios e frações algébricas	103
14. Equações e inequações do 1º e 2º grau; Equações polinomiais de grau superior	109
15. Sistemas lineares: métodos algébricos, matrizes e determinantes	114
16. Funções: afim, quadrática, polinomiais, racionais, exponenciais, logarítmicas e trigonométricas; Gráficos e transformações de funções	125
17. Logaritmos: propriedades, equações e aplicações	137
18. Geometria e Medidas: Geometria Plana: polígonos, circunferência e círculo; perímetro, área e ângulos; Relações métricas em triângulos: semelhança, Teorema de Tales, Teorema de Pitágoras; Trigonometria básica: razões trigonométricas, ciclo trigonométrico; Escalas, ângulos e proporcionalidade	139
19. Geometria Espacial: prismas, pirâmides, cilindros, cones e esferas; áreas, volumes e planificações	154
20. Geometria analítica: plano cartesiano, ponto, distância, ponto médio, equação da reta, circunferência, parábola; Transformações geométricas: translação, rotação, reflexão	158
21. Unidades de medida e conversões	164
22. Matemática Financeira: Sistema monetário brasileiro	167
23. Operações de compra e venda	171
24. Juros simples e compostos	174
25. Descontos, lucro, perda, taxas e equivalência de taxas	175
26. Inflação, amortizações, financiamentos e aplicações financeiras	179
27. Estatística: Representação e análise de dados; Variáveis estatísticas, distribuição de frequência e intervalos de classe; Medidas de tendência central (média, moda, mediana) e de dispersão (amplitude, variância, desvio padrão)	182
28. Probabilidade: Probabilidade simples, composta e condicional; Noções de distribuições binomial e normal	195
29. Raciocínio Lógico e Resolução de Problemas: Fundamentos de lógica; Estruturas lógicas: sequências, séries, padrões, analogias, relações e classificações; Identificação de padrões e regularidades; Resolução de problemas matemáticos em contextos diversos	197

Informática Básica

1. Hardware e software: conceitos e características	217
2. Internet e redes: funcionamento básico de redes de computadores; navegadores e mecanismos de busca; protocolos de acesso; downloads, uploads e serviços online; noções de armazenamento em nuvem	219
3. Segurança da informação: noções de privacidade, confidencialidade e integridade de dados; ameaças digitais: vírus, malwares, phishing, engenharia social, links suspeitos, downloads e páginas falsas; boas práticas de segurança: senhas seguras, backups, atualização de softwares; proteção: senhas seguras, criptografia, antivírus, firewalls e boas práticas de uso	226
4. Correio eletrônico (e-mail): conceitos e funcionalidades; envio e recebimento de mensagens; anexos; organização de caixas postais; filtros e regras de mensagens; etiqueta digital e uso institucional do e-mail	229
5. Recursos digitais no ambiente de trabalho: digitalização e conversão de documentos, assinaturas digitais, utilização de plataformas virtuais em ambientes de trabalho (ex: Google Meet, Zoom, Microsoft Teams)	230
6. Inteligência artificial aplicada ao cotidiano profissional	234
7. Características, funcionalidades, operação e configuração: Sistema operacional Windows 10 ou superior; Word, Excel e Outlook 2016 ou superior, inclusive Microsoft 365	238

ÍNDICE

Conhecimentos Específicos

Orientador Social

1. Socioassistencial: política de assistência social: princípios, diretrizes e organização do sistema único de assistência social – suas; níveis de proteção social (básica e especial); serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.....	283
2. Serviços socioassistenciais: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (scfv); proteção e atendimento integral à família (paif); proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (paefi); objetivos, público-alvo e funcionamento	287
3. Trabalho social com famílias e indivíduos: conceitos de vulnerabilidade e risco social; fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; desenvolvimento da autonomia, protagonismo e inclusão social. Abordagem social e busca ativa	290
4. Metodologias socioeducativas: planejamento, organização e execução de atividades; oficinas, dinâmicas de grupo, atividades lúdicas, culturais e intergeracionais.....	294
5. Ciclo de vida e intergeracionalidade: crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos; especificidades e necessidades de cada público.....	298
6. Direitos socioassistenciais e cidadania	302
7. Programas sociais e benefícios; rede socioassistencial e intersetorialidade; acolhimento e atendimento ao usuário; planejamento e organização do trabalho; mobilização social e participação comunitária; trabalho em equipe multiprofissional	306
8. Prevenção de situações de risco e violação de direitos: identificação, orientação, encaminhamento e acompanhamento de casos; atuação preventiva no território; enfrentamento do trabalho infantil e à dependência química e de álcool	310
9. Apoio a pessoas com deficiência	314
10. Prevenção à violência física e/ou psicológica, à negligência e à violência sexual (abuso e/ou exploração sexual)	318
11. Bem-estar físico, social e emocional.....	322
12. Primeiros socorros e noções básicas de atendimento a emergências.....	326
13. Relações humanas no trabalho: comunicação, relacionamento interpessoal, comportamento individual e em grupo, normas de conduta no ambiente de trabalho, trabalho em equipe e atendimento ao público.....	345
14. Serviço público: ética e serviço público; segurança do trabalho, higiene e organização; saúde, nutrição e higiene.....	349

Conteúdo Digital

Normas Legais

1. Normas legais: constituição da república federativa do brasil. (Art. 1º a 69; art. 76 A 92; art. 101 E 102; art. 127 A 129; art. 193 A 232)	3
2. Decreto nº 11.016/2022 - Cadastro único para programas sociais do governo federal	61
3. Decreto nº 6.307/2007 - Benefícios eventuais	63
4. Decreto nº 9.761/2019 - Política nacional sobre drogas.....	64
5. Lei nº 10.741/2003 - Estatuto da pessoa idosa.....	73
6. Lei nº 11.340/2006 - Lei maria da penha.....	84
7. Lei nº 12.288/2010 - Estatuto da igualdade racial	92
8. Lei nº 12.594/2012 - Sistema nacional de atendimento socioeducativo (sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional	98
9. Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da pessoa com deficiência	110
10. Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da criança e do adolescente	129

ÍNDICE

11. Lei nº 8.742/1993 - Lei orgânica da assistência social - loas	170
12. Resolução cnas nº 109/2009 - tipificação nacional de serviços socioassistenciais	181
13. Resolução cnas nº 145/ 2004 - política nacional de assistência social (pnas).....	202
14. Resolução cnas nº 33/2012 - norma operacional básica do sistema único de assistência social (nob/suas)	203
15. Resolução nº 269/2006 - norma operacional básica de recursos humanos do sistema único de assistência social (nob-rh/suas).....	225
16. Lei municipal nº 303/2001: regime jurídico dos servidores públicos do município; lei orgânica do município	226

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

<https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTOS: LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

AMOSTRA

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

VOCABULÁRIO: SIGNIFICADO E SUBSTITUIÇÃO CONTEXTUAL

Para a realização de exercícios de substituição de palavras e expressões de um texto, é necessário algum conhecimento gramatical prévio.

Substituir uma palavra pode parecer simples, porém é uma ação que possui certa complexidade. Não basta apenas substituir a palavra em si, é preciso atenção para manter o sentido original da frase; em suma, quando substituímos uma palavra por uma frase, nenhum erro gramatical ou semântico pode ocorrer.

Justamente por isso o conhecimento gramatical prévio é de extrema importância, afinal o ato de substituir palavras ou expressões requer inúmeras habilidades.

Imagine só que uma determinada questão solicite que você substitua tal palavra por um sinônimo? Como você vai responder se não souber o que é um sinônimo? Ou pode ser que a questão apresente uma alternativa onde é preciso substituir uma figura de linguagem, ou até mesmo alternativas onde a regência e concordância precisam ser mantidas.

Por exemplo: “O menino ficou muito triste porque sua bola furou”.

A palavra **triste** poderia ser substituída por **chateado**, e ainda assim a frase manteria seu significado original.

Essa mesma frase poderia ser reescrita dessa forma: “A bola furou, por isso o menino ficou triste”. Veja como a frase foi alterada, porém ainda diz a mesma coisa.

Já a conjunção **porque** pode ser substituída por **pois**, já que ambas são conjunções explicativas.

Como você pode ver, não se trata de algo tão simples assim, entretanto, não é nenhum bicho de sete cabeças. Basta ter bastante atenção, ler a questão com atenção, verificar o que é solicitado. Também cabe aqui a interpretação de textos, pois muitas vezes haverá um texto que deverá ser lido e a expressão a ser substituída será retirada desse mesmo texto, sendo assim, antes de substituir será preciso compreender o texto.

Algumas habilidades que você deve possuir para substituir palavras ou expressões de textos são: significação das palavras (semântica), ortografia, classes de palavras (morfologia), figuras de linguagem e de sintaxe, regência e concordância (nominal e verbal) e interpretação de texto.

MECANISMOS DE COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL

A coerência e a coesão são essenciais na escrita e na interpretação de textos. Ambos se referem à relação adequada entre os componentes do texto, de modo que são independentes entre si. Isso quer dizer que um texto pode estar coeso, porém incoerente, e vice-versa.

Enquanto a coesão tem foco nas questões gramaticais, ou seja, ligação entre palavras, frases e parágrafos, a coerência diz respeito ao conteúdo, isto é, uma sequência lógica entre as ideias.

► **Coesão**

A coesão textual ocorre, normalmente, por meio do uso de **conectivos** (preposições, conjunções, advérbios). Ela pode ser obtida a partir da **anáfora** (retoma um componente) e da **catáfora** (antecipa um componente).

Confira, então, as principais regras que garantem a coesão textual:

REGRA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
REFERÊNCIA	– Pessoal (uso de pronomes pessoais ou possessivos) – anafórica – Demonstrativa (uso de pronomes demonstrativos e advérbios) – catáfora – Comparativa (uso de comparações por semelhanças)	João e Maria são crianças. <u>Eles</u> são irmãos. Fiz todas as tarefas, exceto <u>esta</u>: colonização africana. Mais um ano <u>igual aos</u> outros...
SUBSTITUIÇÃO	– Substituição de um termo por outro, para evitar repetição	Maria está triste. A <u>menina</u> está cansada de ficar em casa.



MATEMÁTICA

NÚMEROS E CONJUNTOS: TEORIA DOS CONJUNTOS: OPERAÇÕES, DIAGRAMAS E SUBCONJUNTOS

Um conjunto é uma coleção de objetos, chamados elementos, que possuem uma propriedade comum ou que satisfazem determinada condição.

► Representação de um conjunto

Podemos representar um conjunto de várias maneiras.

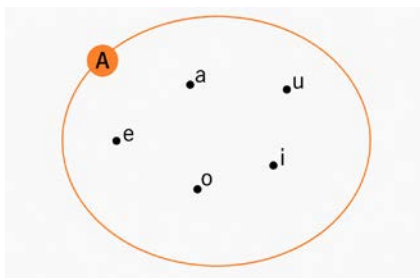
▪ **Atenção:** Indicamos os conjuntos utilizando as letras maiúsculas e os elementos desses conjuntos por letras minúsculas.

Vejamos:

- **1)** os elementos do conjunto são colocados entre chaves separados por vírgula, ou ponto e vírgula.
 $A = \{a, e, i, o, u\}$
- **2)** os elementos do conjunto são representados por uma ou mais propriedades que os caracterize.

$A = \{x \mid x \text{ é vogal do nosso alfabeto}\}$
 Este símbolo significa **tal que**.

- **3)** os elementos do conjunto são representados por meio de um esquema denominado diagrama de Venn.



► Relação de pertinência

Usamos os símbolos $\in$ (pertence) e $\notin$ (não pertence) para relacionar se um elemento faz parte ou não do conjunto.

► Tipos de Conjuntos

- **Conjunto Universo:** reunião de todos os conjuntos que estamos trabalhando.
- **Conjunto Vazio:** é aquele que não possui elementos. Representa-se por $\emptyset$ ou, simplesmente $\{\}$.
- **Conjunto Unitário:** possui apenas um único elemento.

- **Conjunto Finito:** quando podemos enumerar todos os seus elementos.
- **Conjunto Infinito:** contrário do finito.

► Relação de inclusão

É usada para estabelecer relação entre **conjuntos** com **conjuntos**, verificando se um conjunto é subconjunto ou não de outro conjunto. Usamos os seguintes símbolos de inclusão:

- $\supset$ — contém
- $\subset$ — está contido
- $\not\supset$ — não contém
- $\not\subset$ — não está contido

► Igualdade de conjuntos

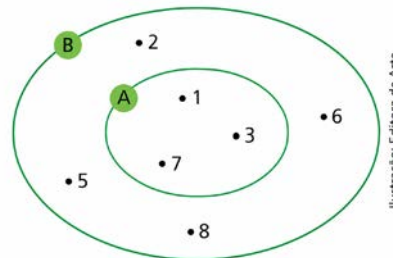
Dois conjuntos A e B são **IGUAIS**, indicamos $A = B$, quando possuem os mesmos elementos.

Dois conjuntos A e B são **DIFERENTES**, indicamos por $A \neq B$, se pelo menos UM dos elementos de um dos conjuntos **NÃO** pertence ao outro.

► Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A são também elementos de um outro conjunto B, dizemos que A é subconjunto de B.

Exemplo: $A = \{1, 3, 7\}$ e $B = \{1, 2, 3, 5, 6, 7, 8\}$.



Os elementos do conjunto A **estão contidos** no conjunto B.

Atenção:

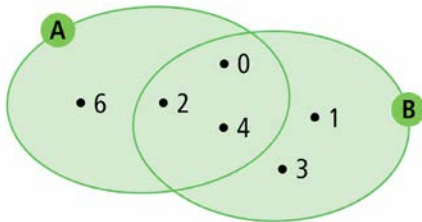
- 1) **Todo conjunto A é subconjunto dele próprio;**
- 2) O **conjunto vazio**, por convenção, é **subconjunto de qualquer conjunto;**
- 3) O conjunto das partes é o conjunto formado por todos os subconjuntos de A.
- 4) **O número de seus subconjuntos é dado por:** 2^n ; onde n é o número de elementos desse conjunto.

AMOSTRA

► Operações com Conjuntos

Tomando os conjuntos: $A = \{0, 2, 4, 6\}$ e $B = \{0, 1, 2, 3, 4\}$, como exemplo, vejamos:

- **União de conjuntos:** é o conjunto formado por todos os elementos que pertencem a A ou a B . Representa-se por $A \cup B$. Simbolicamente: $A \cup B = \{x \mid x \in A \text{ ou } x \in B\}$. Exemplo:

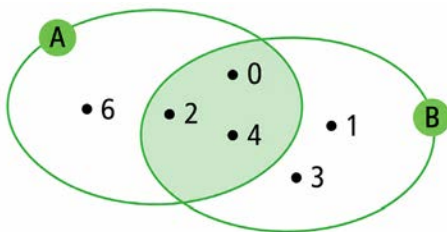


A parte pintada dos conjuntos indica $A \cup B$.

$$A \cup B = \{0, 1, 2, 3, 4, 6\}$$

Lê-se: A união B ou A reunião B .

- **Intersecção de conjuntos:** é o conjunto formado por todos os elementos que pertencem, simultaneamente, a A e a B . Representa-se por $A \cap B$. Simbolicamente: $A \cap B = \{x \mid x \in A \text{ e } x \in B\}$



A parte pintada dos conjuntos indica $A \cap B$.

$$A \cap B = \{0, 2, 4\}$$

Lê-se: A intersecção B .

Observação: Se $A \cap B = \emptyset$, dizemos que A e B são **conjuntos disjuntos**.

► Propriedades da união e da intersecção de conjuntos

1ª) Propriedade comutativa:

$$A \cup B = B \cup A \text{ (comutativa da união)}$$

$$A \cap B = B \cap A \text{ (comutativa da intersecção)}$$

2ª) Propriedade associativa:

$$(A \cup B) \cup C = A \cup (B \cup C) \text{ (associativa da união)}$$

$$(A \cap B) \cap C = A \cap (B \cap C) \text{ (associativa da intersecção)}$$

3ª) Propriedade distributiva:

$$A \cap (B \cup C) = (A \cap B) \cup (A \cap C) \text{ (distributiva da intersecção em relação à união)}$$

$$A \cup (B \cap C) = (A \cup B) \cap (A \cup C) \text{ (distributiva da união em relação à intersecção)}$$

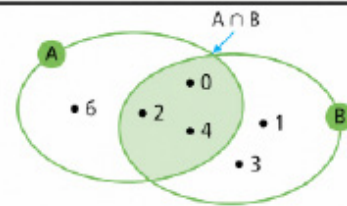
4ª) Propriedade:

$$\text{Se } A \subset B, \text{ então } A \cup B = B \text{ e } A \cap B = A, \text{ então } A \subset B$$

► Número de Elementos da União e da Intersecção de Conjuntos

E dado pela fórmula abaixo:

$$n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$$



$$n(A \cup B) = 4 + 5 - 3 \Rightarrow n(A \cup B) = 6$$

Exemplo:

1. (CÂMARA DE SÃO PAULO/SP – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – FCC)

Dos 43 vereadores de uma cidade, 13 dele não se inscreveram nas comissões de Educação, Saúde e Saneamento Básico. Sete dos vereadores se inscreveram nas três comissões citadas. Doze deles se inscreveram apenas nas comissões de Educação e Saúde e oito deles se inscreveram apenas nas comissões de Saúde e Saneamento Básico. Nenhum dos vereadores se inscreveu em apenas uma dessas comissões. O número de vereadores inscritos na comissão de Saneamento Básico é igual a:

- (A) 15.
- (B) 21.
- (C) 18.
- (D) 27.
- (E) 16.

Resolução:

De acordo com os dados temos:

7 vereadores se inscreveram nas 3.

APENAS 12 se inscreveram em educação e saúde (o 12 não deve ser tirado de 7 como costuma fazer nos conjuntos, pois ele já desconsidera os que se inscreveram nos três)

APENAS 8 se inscreveram em saúde e saneamento básico.

São 30 vereadores que se inscreveram nessas 3 comissões, pois 13 dos 43 não se inscreveram.

$$\text{Portanto, } 30 - 7 - 12 - 8 = 3$$

Se inscreveram em educação e saneamento 3 vereadores.

INFORMÁTICA BÁSICA

HARDWARE E SOFTWARE: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não está presente apenas em computadores pessoais, mas também em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

Para compreender a informática, é essencial diferenciar dado e informação. Dados são elementos isolados, como números, letras, símbolos ou registros sem interpretação imediata. A informação surge quando esses dados são organizados, processados e analisados dentro de um contexto. Por exemplo, uma lista de notas escolares contém dados; quando o sistema calcula médias, gera relatórios e indica o desempenho dos alunos, esses dados se transformam em informação útil.

► Hardware e software

Partes física e lógica do sistema

Todo sistema computacional depende da integração entre hardware e software. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, aos componentes que podem ser tocados, conectados, substituídos ou reparados. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas, aplicativos e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

A tabela a seguir apresenta uma comparação didática entre esses dois elementos fundamentais.

Aspecto	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visto fisicamente	Existe como instruções, códigos e programas
Função	Executar operações físicas e permitir interação	Controlar, organizar e orientar o hardware
Exemplos	Monitor, teclado, mouse, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus e aplicativos
Problemas comuns	Quebra, superaquecimento, mau contato ou desgaste	Travamentos, vírus, incompatibilidade ou erro de atualização

Funcionamento integrado

Hardware e software são complementares. Um computador sem software é apenas um conjunto de peças sem orientação funcional. Da mesma forma, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado. Assim, o funcionamento do computador depende da ação conjunta entre componentes materiais e instruções lógicas.

HARDWARE: COMPONENTES FÍSICOS DO COMPUTADOR

► Conceito de hardware

Estrutura material do sistema computacional

Hardware é o conjunto de componentes físicos que formam um computador ou dispositivo digital. Ele inclui peças internas, periféricos, placas, cabos, conectores, unidades de armazenamento e equipamentos de comunicação. Diferentemente do software, que corresponde aos programas e instruções, o hardware representa a parte material do sistema, ou seja, aquilo que possui existência física e pode ser instalado, removido, substituído ou reparado.



AMOSTRA

O hardware é responsável por executar fisicamente as operações solicitadas pelo software. Quando o usuário abre um programa, digita um texto, move o mouse ou imprime um documento, diversos componentes físicos trabalham em conjunto para transformar comandos em resultados visíveis.

► Principais grupos de hardware

Classificação conforme a função

A tabela a seguir organiza os principais grupos de hardware, relacionando cada grupo à sua função no funcionamento do computador.

Grupo de hardware	Função principal	Exemplos
Processamento	Executa instruções, cálculos e operações lógicas	Processador e placa de vídeo
Memória	Mantém dados temporários ou instruções essenciais	RAM, ROM e memória cache
Armazenamento	Guarda arquivos, programas e sistema operacional	HD, SSD, pen drive e cartão de memória
Entrada	Permite inserir dados e comandos no computador	Teclado, mouse, scanner, microfone e câmera
Saída	Apresenta resultados ao usuário	Monitor, impressora, caixas de som e projetor
Integração	Conecta e organiza a comunicação entre componentes	Placa-mãe, barramentos, portas e conectores

► Componentes internos principais

Processador, placa-mãe, memória e armazenamento

O processador, também chamado de CPU, interpreta e executa instruções. A placa-mãe conecta os componentes internos e permite a comunicação entre processador, memória, armazenamento e periféricos. A memória RAM guarda temporariamente os dados em uso, enquanto HD e SSD armazenam arquivos de forma permanente. O SSD, por não possuir partes mecânicas, costuma ser mais rápido que o HD.

O bom funcionamento do hardware depende de compatibilidade, conservação e refrigeração. Poeira, calor excessivo, quedas de energia e peças incompatíveis podem causar lentidão, travamentos, desligamentos inesperados ou danos físicos.

SOFTWARE: PROGRAMAS, SISTEMAS E APLICAÇÕES

► Conceito de software

Parte lógica do sistema computacional

Software é o conjunto de programas, comandos e instruções que orientam o funcionamento de um computador ou dispositivo digital. Ele não corresponde a uma peça física, mas à parte lógica responsável por indicar ao hardware o que deve ser feito. É por meio do software que o usuário consegue escrever textos, acessar a internet, editar imagens, assistir a vídeos, jogar, enviar mensagens, organizar arquivos e executar diversas atividades.

O software depende do hardware para ser instalado, armazenado e executado. Ao mesmo tempo, o hardware precisa do software para realizar tarefas úteis. Essa relação mostra que o computador funciona como um sistema integrado: as peças físicas executam as ações, enquanto os programas determinam a lógica dessas ações.

► Tipos de software

Classificação conforme a função

Os softwares podem ser classificados de acordo com o papel que desempenham no sistema. Essa classificação ajuda a entender que nem todos os programas têm a mesma finalidade.

Tipo de software	Função	Exemplos
Software de sistema	Controla o funcionamento geral do computador	Sistema operacional, drivers e utilitários
Software aplicativo	Permite ao usuário realizar tarefas específicas	Navegador, editor de texto, planilha, jogos e aplicativos de mensagem
Software de desenvolvimento	Auxilia na criação de outros programas	Linguagens de programação, editores de código e compiladores

► Sistema operacional, drivers e utilitários

Programas essenciais ao funcionamento

O sistema operacional é o principal software de sistema. Ele gerencia memória, processador, arquivos, dispositivos, programas e a interação com o usuário. Sem ele, o uso do computador seria limitado e pouco acessível.

Os drivers permitem a comunicação entre o sistema operacional e os componentes de hardware. Uma impressora, uma placa de vídeo ou uma placa de rede pode precisar de driver adequado para funcionar corretamente. Já os utilitários auxiliam na manutenção, proteção e organização do sistema, como antivírus, compactadores, ferramentas de backup e programas de limpeza.

O uso responsável de software exige atenção à origem dos programas, ao licenciamento, à compatibilidade e às atualizações. Programas desatualizados ou baixados de fontes duvidosas podem gerar falhas, vírus e riscos de segurança.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SOCIOASSISTENCIAL: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS; NÍVEIS DE PROTEÇÃO SOCIAL (BÁSICA E ESPECIAL); SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

FUNDAMENTOS E ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

► Princípios e diretrizes da política pública

A assistência social integra a seguridade social e se organiza como política pública não contributiva, orientada pela proteção social, pela garantia de direitos, pela universalidade de acesso para quem dela necessitar, pela equidade, pelo respeito à dignidade e pela centralidade das necessidades sociais. A atuação deve evitar práticas assistencialistas ou condicionadas a favores pessoais, preservando o caráter público, continuado e planejado das ofertas. A descentralização político-administrativa distribui responsabilidades entre União, estados, Distrito Federal e municípios, enquanto a participação social amplia o controle democrático e a adequação das ações às realidades territoriais.

Na prática institucional, esse entendimento exige que a equipe relacione a demanda apresentada às condições de vida, aos vínculos existentes, às barreiras de acesso e aos recursos disponíveis no território.

A atuação profissional também precisa observar desigualdades e discriminações que podem dificultar o acesso a direitos. Tratar todos de modo idêntico nem sempre produz equidade quando as barreiras de partida são diferentes.

Quando existem múltiplos serviços envolvidos, a pessoa usuária não deve ser transformada em mensageira entre instituições. A comunicação de rede, dentro dos limites de sigilo, deve facilitar continuidade e reduzir desencontros.

Aplicação profissional e cuidados de execução

A aplicação de princípios e diretrizes da política pública requer planejamento, escuta e definição clara de responsabilidades. A equipe deve observar a finalidade pública da intervenção, os direitos envolvidos, a necessidade de acessibilidade e a participação do usuário. Quando houver articulação com outros serviços, o fluxo deve ser compreensível e acompanhado, evitando transferências de responsabilidade.

A análise precisa evitar explicações simplificadoras, porque necessidades sociais geralmente resultam da combinação entre fatores econômicos, relacionais, territoriais, culturais e institucionais.

A continuidade do vínculo institucional é especialmente importante em situações complexas. Mudanças frequentes de referência, informações desencontradas ou repetição desnecessária de relatos podem fragilizar a confiança.

Em atividades coletivas, diferenças de idade, deficiência, escolaridade, cultura e experiência precisam ser consideradas para que participação não seja apenas formal, mas efetivamente possível.

Alguns elementos operacionais que merecem atenção são apresentados abaixo, sempre como apoio ao desenvolvimento do trabalho e não como substituição da análise contextual.

- Identificar necessidades, capacidades e fatores de proteção presentes na situação.
- Definir objetivos compatíveis com a competência do serviço e com os direitos do usuário.
- Registrar informações essenciais de forma objetiva, respeitosa e proporcional à finalidade.
- Articular a rede quando a demanda exigir respostas de outras políticas ou órgãos.

► Gestão descentralizada, participação e territorialização

OSUAS articula responsabilidades federativas, financiamento, vigilância socioassistencial, gestão do trabalho, regulação e provisão de serviços, programas, projetos e benefícios. A territorialização permite reconhecer desigualdades, redes existentes, barreiras de acesso e situações de vulnerabilidade em áreas concretas. A gestão participativa pressupõe conselhos, conferências e mecanismos de escuta social, fortalecendo a transparência e o controle sobre prioridades, recursos e resultados.

O atendimento qualificado pressupõe linguagem compreensível, registro objetivo, respeito à privacidade e participação da pessoa nas decisões que afetam seu percurso.

Avaliar resultados significa verificar se houve acesso efetivo à proteção, redução de barreiras e avanço nos objetivos pactuados, e não apenas contabilizar atendimentos realizados.

Em uma situação relacionada a socioassistencial, a resposta adequada começa pela compreensão da demanda concreta e pela identificação do que pode ser resolvido no próprio serviço e do que depende de articulação externa.

AMOSTRA

Aplicação profissional e cuidados de execução

A aplicação de gestão descentralizada, participação e territorialização requer planejamento, escuta e definição clara de responsabilidades. A equipe deve observar a finalidade pública da intervenção, os direitos envolvidos, a necessidade de acessibilidade e a participação do usuário. Quando houver articulação com outros serviços, o fluxo deve ser compreensível e acompanhado, evitando transferências de responsabilidade.

Quando a situação ultrapassa a competência de uma única unidade, a articulação com a rede deve definir responsabilidades e acompanhar o acesso, reduzindo encaminhamentos meramente burocráticos.

A intervenção deve reconhecer potencialidades e redes de apoio, e não apenas carências. Isso permite construir respostas que ampliem capacidades reais de proteção e participação.

Se surgirem necessidades simultâneas ligadas a aplicação profissional e cuidados de execução, a equipe deve organizar prioridades, distinguir urgências de demandas continuadas e combinar ações individuais, familiares, grupais ou territoriais conforme o caso.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PREVENÇÃO DE RISCOS

► Finalidade preventiva e fortalecimento de vínculos

A proteção social básica atua prioritariamente antes da ocorrência ou do agravamento de violações de direitos, buscando desenvolver potencialidades, ampliar aquisições sociais e fortalecer vínculos familiares e comunitários. Destina-se a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade relacionada à pobreza, privação de renda, barreiras de acesso a serviços públicos, discriminação, fragilização de vínculos e outras desigualdades que afetam a proteção social.

Na prática institucional, esse entendimento exige que a equipe relacione a demanda apresentada às condições de vida, aos vínculos existentes, às barreiras de acesso e aos recursos disponíveis no território.

A atuação profissional também precisa observar desigualdades e discriminações que podem dificultar o acesso a direitos. Tratar todos de modo idêntico nem sempre produz equidade quando as barreiras de partida são diferentes.

Quando existem múltiplos serviços envolvidos, a pessoa usuária não deve ser transformada em mensageira entre instituições. A comunicação de rede, dentro dos limites de sigilo, deve facilitar continuidade e reduzir desencontros.

Aplicação profissional e cuidados de execução

A aplicação de finalidade preventiva e fortalecimento de vínculos requer planejamento, escuta e definição clara de responsabilidades. A equipe deve observar a finalidade pública da intervenção, os direitos envolvidos, a necessidade de acessibilidade e a participação do usuário. Quando houver articulação com outros serviços, o fluxo deve ser compreensível e acompanhado, evitando transferências de responsabilidade.

A análise precisa evitar explicações simplificadoras, porque necessidades sociais geralmente resultam da combinação entre fatores econômicos, relacionais, territoriais, culturais e institucionais.

A continuidade do vínculo institucional é especialmente importante em situações complexas. Mudanças frequentes de referência, informações desencontradas ou repetição desnecessária de relatos podem fragilizar a confiança.

Em atividades coletivas, diferenças de idade, deficiência, escolaridade, cultura e experiência precisam ser consideradas para que participação não seja apenas formal, mas efetivamente possível.

Alguns elementos operacionais que merecem atenção são apresentados abaixo, sempre como apoio ao desenvolvimento do trabalho e não como substituição da análise contextual.

- Identificar necessidades, capacidades e fatores de proteção presentes na situação.
- Definir objetivos compatíveis com a competência do serviço e com os direitos do usuário.
- Registrar informações essenciais de forma objetiva, respeitosa e proporcional à finalidade.
- Articular a rede quando a demanda exigir respostas de outras políticas ou órgãos.

► CRAS, PAIF e serviços referenciados

O Centro de Referência de Assistência Social constitui unidade pública de referência da proteção social básica no território. Nele se oferta obrigatoriamente o PAIF, articulado a outros serviços, benefícios, programas e ações. O trabalho territorial requer acolhida, escuta, acompanhamento quando necessário, encaminhamentos responsáveis e articulação da rede, evitando fragmentação e simples transferência de demandas.

O atendimento qualificado pressupõe linguagem compreensível, registro objetivo, respeito à privacidade e participação da pessoa nas decisões que afetam seu percurso.

Avaliar resultados significa verificar se houve acesso efetivo à proteção, redução de barreiras e avanço nos objetivos pactuados, e não apenas contabilizar atendimentos realizados.

Em uma situação relacionada a socioassistencial, a resposta adequada começa pela compreensão da demanda concreta e pela identificação do que pode ser resolvido no próprio serviço e do que depende de articulação externa.

Aplicação profissional e cuidados de execução

A aplicação de cras, paif e serviços referenciados requer planejamento, escuta e definição clara de responsabilidades. A equipe deve observar a finalidade pública da intervenção, os direitos envolvidos, a necessidade de acessibilidade e a participação do usuário. Quando houver articulação com outros serviços, o fluxo deve ser compreensível e acompanhado, evitando transferências de responsabilidade.

Quando a situação ultrapassa a competência de uma única unidade, a articulação com a rede deve definir responsabilidades e acompanhar o acesso, reduzindo encaminhamentos meramente burocráticos.

A intervenção deve reconhecer potencialidades e redes de apoio, e não apenas carências. Isso permite construir respostas que ampliem capacidades reais de proteção e participação.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

